

empreendimento; acompanhasse a pertinência entre as despesas realizadas pelo Conveniente e as autorizadas no plano de trabalho.

17.3 Os autos foram encaminhados para a Secex/BA, para análise das razões de justificativa dos responsáveis e encontram-se, nesse momento, aguardando pronunciamento do Relator.

18. TC 009.371-2003-4 – Trata-se de Relatório de Auditoria realizada na Codevasf com o objetivo de verificar os convênios celebrados com as prefeituras municipais da 1ª Região, consoante a Decisão 440/2002 Plenário

18.1 Algumas das irregularidades encontradas na fiscalização, relativas à celebração de convênios com prefeituras, foram:

a) inobservância do disposto no inciso IV do § 1º do art. 25 da Lei Complementar 101/2000, bem como na IN/STN 05/2000, vigente à época, que estabeleciam a necessidade de comprovação do cumprimento de diversas exigências para a realização de transferências voluntárias de recursos, as quais deveriam ter sido exigidas e observadas quando da celebração do convênio;

b) inobservância do disposto no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal; no art. 25, § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000; no caput do art. 23 do Decreto 93.872/86; no art. 73 do Decreto-Lei 200/67; e no art. 1º, § 1º, da IN/STN 05/2000, vigente à época, que estabeleciam a necessidade da existência de dotação orçamentária específica como condição para a realização de transferências voluntárias de recursos, e vedavam a utilização de dotação imprópria para a realização das despesas;

c) inexistência de análise prévia dos custos envolvidos no projeto, considerando-se a omissão do parecer técnico sobre os custos e o repasse integral do valor solicitado pelo proponente, sem atestação da compatibilidade dos custos em relação aos preços de mercado, com inobservância ao disposto no art. 4º da IN/STN 01/9;

d) Outras infrações a normas legais e regulamentares na celebração dos convênios.

18.2 O Tribunal, por meio do Acórdão 463/2004-TCU-Plenário, realizou diversas determinações à Codevasf Sede e Codevasf-1ª SR com relação a convênios, em especial quanto às exigências e aos requisitos para a sua celebração. O processo está encerrado.

19. TC 010.477/2009-5 – Trata-se de levantamento realizado na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (Codevasf).

19.1 O levantamento teve como objetivo avaliar se os recursos para as obras de implantação do perímetro irrigado Baixio do Irecê, R\$ 48 milhões dotados no plano de trabalho nº 20.607.0379.5314.0029 da Lei Orçamentária Anual de 2009, estavam sendo aplicados de acordo com a legislação pertinente.

19.2 Entre os achados da fiscalização estão: superfaturamento/sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado; inexistência de BDI diferenciado para itens relevantes de fornecimento de insumos; orçamento não acompanhado das composições de todos os custos unitários de seus serviços no Edital/Contrato/Aditivo; e retenção/pagamento de tributos (contribuição previdenciária, IR, ISS, etc.) em desacordo com os percentuais previstos no BDI da contratada ou na legislação vigente.

19.3 O Tribunal, nos termos do Acórdão 2368/2009-TCU-Plenário, realizou a seguinte determinação à Codevasf:

(...) promova a adequação do Contrato nº 0.00.07.0042 (Apoio à fiscalização e supervisão da execução das obras civis de infraestrutura básica de irrigação obras complementares, etapa 1A do projeto Baixio de Irecê) de modo a eliminar a superestimativa da empresa Magna Engenharia Ltda. quanto ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, à alíquota de 5%, para a de 3%, alíquota efetivamente praticada pelo Município de Xique-Xique/BA, e a devida compensação dos valores pagos a maior, ouvindo previamente a Magna Engenharia Ltda.; (...)

19.4 Por meio da referida deliberação, o Tribunal autorizou, ainda, a Secex-BA a realizar a inspeção, as análises e demais medidas saneadoras mencionadas na proposta de deliberação

para o cálculo da parcela de tributos da taxa de BDI, já que a alíquota aplicável será de 1,65% e 7,60%, respectivamente, para o PIS e a COFINS, mas com direito a crédito das contribuições sobre as despesas, custos e encargos listados no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003.

168. Por tudo isso, é importante que esses tributos tenham os seus respectivos percentuais discriminados, uma vez que parte dos valores pagos poderá ser recuperada posteriormente, o que pode influenciar no custo final da obra.

169. O segundo ponto refere-se ao ISS, cuja alíquota mínima foi fixada em 2% pelo art. 88, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, enquanto a alíquota máxima foi estipulada em 5% pelo art. 8º, inciso II, da Lei Complementar n. 116, de 31/07/2003.

170. Destaca-se que os municípios gozam de autonomia para fixar as alíquotas deste tributo, desde que respeitados esses limites, e que, nos orçamentos, se deve adotar a alíquota de ISS do município onde o empreendimento é realizado, e não aquela de onde fica a sede da empresa construtora. No caso de obras executadas em mais de um município – como é normalmente o caso das obras rodovias –, deve-se adotar para a alíquota deste tributo a média ponderada dos serviços executados em cada município.

171. Ressalte-se, ainda, conforme o § 2º, inciso I, art. 7º dessa mesma Lei Complementar, que a base de cálculo desse tributo é o preço do serviço, excluindo-se desse número o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa àquele instrumento legal:

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

(...)

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

(...)

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).'

172. O projeto SINCTTRAN para o Manual de Custos de Infraestrutura de Transporte do DNIT, tendo em vista que o ISS é um tributo municipal, propõe adotar alíquota média de 3,50% para fazer face a esta despesa. Considera, ainda, que a admissão desta incidência do ISS subentende que a prestação de serviços corresponde a 50% do valor para obras de infraestrutura de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, resultando em um percentual médio de ISS a ser considerado no BDI de 1,75%.

173. No entanto, no caso de outras obras de construção civil, a Receita Federal do Brasil, no art. 122 da Instrução Normativa 971/09, adota o percentual de 35% de mão de obra para a construção civil, com exceção dos serviços de pavimentação asfáltica, terraplenagem, obras de arte especiais e drenagem, como presumido para fins de determinação da parcela referente à prestação de serviços.

174. Assim, de forma conservadora, é coerente a admissão da incidência do ISS em 50% do preço de venda (custo direto acrescido do BDI) para os tipos de obras e serviços de engenharia abordados nesse trabalho.

175. Para se definir, de forma mais precisa, o percentual desse tributo na composição da taxa, é importante observar o que disciplina o normativo relativo ao ISS de cada localidade onde a obra será realizada. É certo que a alíquota efetiva de ISS a configurar na taxa de

BDI será inferior à taxa prevista na legislação do município onde será realizada a obra, pois deve ser desconsiderada a despesa relativa aos materiais.

176. Assim sendo, para o cálculo da parcela de tributos utiliza-se a seguinte tabela:

| Parcela de Tributos na composição do BDI - Valores incidentes sobre Preço de Venda | | | |
|--|-----------------------------------|------------------------------------|---|
| TRIBUTOS | Obras e Serviços de Engenharia | Serviços Técnicos de Engenharia | Fornecimento de Materiais e de Equipamentos relevantes |
| ISS (observar percentual da localidade) | até 2,50%* | até 5,00% | 0,00% |
| PIS | 0,65% | 1,65% | 0,65% |
| COFINS | 3,00% | 7,60% | 3,00% |
| Total | 6,15% | 14,25% | 3,65% |

Obs: (*) % de ISS considerando a alíquota de 5% sobre 50% do Preço de Venda

Tabela 13 – Parcela de Tributos na composição da taxa de BDI.

VL5 LUCRO

177. O lucro é um conceito econômico que pode ser descrito de diversas formas para representar uma remuneração alcançada em consequência do desenvolvimento de uma determinada atividade econômica. Complementa a formação do Preço de Venda, sem que possa ser considerado como item de custo, já que é uma parcela que contempla a remuneração do construtor.

178. Há uma grande indefinição quanto às margens de lucro competitivas. Um procedimento cada vez mais utilizado para calcular o lucro de um empreendimento toma como base a TIR – Taxa Interna de Retorno, que é a taxa que iguala o investimento inicial ao fluxo de caixa de todo o período. A TIR deve acompanhar as taxas de mercado para a remuneração do capital acrescentando-se uma taxa de risco empresarial. Neste tipo de análise, a visão do lucro deixa de se restringir ao um valor absoluto e passa a considerar o tempo de retorno do investimento.

179. No entanto, seja qual for o procedimento de cálculo adotado, deve-se lembrar que o lucro declarado no BDI é apenas uma meta, que, se alcançada, torna possível a justa remuneração da empresa em decorrência da obra. Ainda, como na maioria das vezes, sendo empresa de mercado, detentora de informações e competências, utilizará de sua vantagem de forma a otimizar os custos para maximizar seu lucro por meio da diferença entre a receita e o custo de produção. Isto é lícito e aceitável.

180. A Constituição Federal, no seu art. 173, § 4º, condena o abuso do poder econômico, exteriorizado pela ‘dominação dos mercados’, pela ‘eliminação da concorrência’ e pelo ‘aumento arbitrário dos lucros’. Observa-se que não há condenação à prática de lucros ou qualquer definição que considere o que seja lucro abusivo ou aceitável; o que se condena é o aumento arbitrário, que caracterize abuso de poder econômico.

181. Também, a Lei 8.666/1993, no seu art. 43, inciso IV, ao estabelecer o critério de julgamento dos preços praticados na licitação, tem como parâmetro os preços correntes no mercado. Por conseguinte, sendo o preço proposto pelo licitante, incluindo o BDI, compatível com o preço de mercado, não há que se falar em lucro excessivo.

182. Ademais, ao utilizar os conceitos anteriormente mencionados e tendo em vista que o lucro representa a remuneração de fatores como o custo de oportunidade do capital aplicado, a capacidade administrativa, gerencial e tecnológica adquirida ao longo de anos de experiência no ramo, a responsabilidade pela administração do contrato e a condução da obra, a estrutura organizacional da empresa e os investimentos na formação profissional do seu pessoal, além de criar a capacidade de reinvestir no próprio negócio, e não somente da atividade econômica da empresa, ficará evidente a árdua tarefa de se definir um percentual máximo para a aceitação do lucro. Não há, pela mera análise do percentual praticado,

455

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
SGAN 601 - CONJUNTO I BRASÍLIA-DF CEP 70830-901 CGC 00399857/0001-26 FONE: (061) 312-4747

TRANSMISSÃO DE FAX - TFX

| | | | | | |
|--------------|---|-------------------|----------------|--------|----------------|
| DATA | 30/12/2008 | QUANT. DE PAGINAS | 01 | FAX Nº | 90 /2008 |
| | PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO | | (61) 3312-4672 | | (61) 3312-4847 |
| DESTINATÁRIO | CONSTRUTORA BARBOSA MELLO- Aos cuidados de Ovânia Avelar de Paula Morais. | | (31) 3490 3637 | | (31) 3490 3642 |

MENSAGEM:

Assunto: A Comissão Técnica de Julgamento comunica correções efetuadas na Proposta Financeira referente ao Edital nº 96/2008.

Atenção Ovânia Avelar de Paula Morais.

A Comissão Técnica de Julgamento analisou sua Proposta de Preços correspondente ao Edital nº 96/2008 e identificou a necessidade de se efetuar as seguintes correções no detalhamento do BDI (Quadro – PO-XV):

- 1-) No item 1-(Administração Central), o percentual máximo aceito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é 8,03 % e o valor cotado em seu detalhamento foi 8,25 %. Este valor foi corrigido para 8,03%.
- 2- No item 2- (Administração Local) foi cotado 1,07 %. Este item não pode ser incluído no BDI, visto que já faz parte da Planilha de Preços Unitários – PO-VII e o subitem 6.3.2.6 do Edital determina que estes custos devem fazer parte da Planilha de Orçamentação de Obras e Planilha de Preços Unitários , PO-VII, este item foi excluído do BDI;
- 3- No Item 3- (Impostos e Taxas), foi utilizado o percentual de 5% para ISS, quando o a taxa adotada para obras civis é 3%. Esta taxa foi reduzida para 3%.

CONTINUAÇÃO


FAX Nº: 90/2008

Estas correções acarretaram mudança no valor do BDI de 30,51% para 26,03%.
A correção no valor do BDI para 26,03 %, acarretou redução no valor da Proposta de R\$ 69.504.062,40 para R\$ 65.857.905,37.

Diante dos fatos ora apresentados, estamos encaminhando a Vossa Senhoria, via FAX, como modelo, o detalhamento do BDI e solicitamos as seguintes providências:

- 1- Informar se essa empresa concorda com a redução ora apresentada, decorrente das correções efetuadas;
- 2- Utilizando o BDI de 26,03%, corrigido pela Comissão Técnica de Julgamento, apresentar as Composições de Preços Unitários, no prazo de 72 horas, conforme fixa o subitem 6.3.2.2.1 do Edital e
- 3- A correção no BDI para 26,03%, acarretará redução em todos os preços propostos e modificação nos valores da Proposta, do Termo de Proposta e do Cronograma Físico-Financeiro. Assim sendo, solicitamos apresentar nova Proposta Financeira incorporando as correções em questão, o mais breve possível.

Atenciosamente,


Osvaldo Pinheiro de Queiroz
Presidente da Comissão Técnica de
Julgamento